

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

MARIANA CAVALCANTI PEQUENO

O anticomunismo em ação – A análise das perseguições políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Recife (1969): O atendado ao estudante Cândido Pinto, as ameaças a Dom Helder Câmara e o assassinato do Padre Henrique.

RECIFE – PE

2023

MARIANA CAVALCANTI PEQUENO

O anticomunismo em ação – A análise das perseguições políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Recife (1969): O atendado ao estudante Cândido Pinto, as ameaças a Dom Helder Câmara e o assassinato do Padre Henrique.

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Cavalcanti Pequeno

O anticomunismo em ação – A análise das perseguições políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Recife (1969): O atendado ao estudante Cândido Pinto, as ameaças a Dom Helder Câmara e o assassinato do Padre Henrique.

Trabalho de conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em 17/ 10 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (Orientador e Presidente da Banca)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof. Dr. Arthur Gustavo Lira do Nascimento (Membro Externo)

Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)



Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral (Avaliador Interno)

**RECIFE
2023**

P425a Pequeno, Mariana Cavalcanti.

O anticomunismo em ação: a análise das perseguições políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Recife (1969): o atentado ao estudante Cândido Pinto, as ameaças a Dom Helder Câmara e o assassinato do Padre Henrique / Mariana Cavalcanti Pequeno, 2023.

44 f.: il.

Orientador: Helder Remígio de Amorim.

Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2023.

1. Movimentos anticomunistas - Recife - História.
2. Perseguição política - Recife - História. 3. Brasil - História, 1964-1985. I. Título.

CDU 981.341

Pollyanna Alves - CRB4/1002

O anticomunismo em ação: a análise das perseguições políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Recife (1969): o atentado ao estudante Cândido Pinto, as ameaças a Dom Helder Câmara e o assassinato do Padre Henrique. © 2023 by Mariana Cavalcanti Pequeno is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

Epígrafe

Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

GRAMSCI, A., Convite à Leitura de Gramsci, Rio de Janeiro, Achiamé, 1985.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Nossa Senhora da Conceição e todas as forças que regem ao universo que me trouxeram a aprovação no Mestrado em História pelo PPGH/UNICAP e me guiaram para que pudesse desenvolver essa pesquisa tão importante em tempos de Bolsonarismo e ascensão de pensamentos extremistas atrelado a Fake News, desmonte de políticas públicas e de ameaça ao estado democrático.

Agradeço ao professor Dr. Helder Remígio de Amorim por todo apoio e humanidade e sempre disponível para somar com a qualidade do trabalho apresentado. A UNICAP por proporcionar a experiência do Mestrado, aulas sempre qualificas e referenciadas por autores importantes para o entendimento da historiografia no Brasil e no mundo.

Gratidão a minha família, meus avôs (*in memoriam*) e minhas avós por todo carinho e influência na maneira de agir e pensar. Aos meus pais e irmão pela dedicação e ajuda em todos os momentos da minha vida. Gratidão ao meu companheiro de todas as horas, meu cão Apóllo, sempre fiel companheiro nas madrugadas de estudo. Agradeço ao meu psicólogo Dr. Igor Lemos pela ajuda durante toda a caminhada e tropeços apresentados pela vida.

RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de analisar o contexto histórico e político do surgimento da organização de extrema-direita “Comando de Caça aos Comunistas” e sua ligação com a Ditadura Militar no período de 1969 na cidade do Recife. Deste modo busca-se compreender de que forma o discurso anticomunista balizou as perseguições políticas encabeçadas no assassinato do Padre Henrique, na tentativa de assassinato do estudante Cândido Pinto de Melo e nas ameaças a Dom Helder Câmara. A metodologia desta pesquisa possui caráter bibliográfico e documental percorrendo uma linha de raciocínio que nos leva ao fio condutor existente entre anticomunismo e seu combate através de perseguições, torturas, mortes, bombardeios e desaparecimentos, em decorrência das ações praticadas por esta organização na intenção de aniquilar qualquer reação manifestada contra a ordem vigente. Como resultado, considera-se o mapeamento, a análise crítica, e os efeitos das práticas repressivas de vigilância/control social a partir da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, tendo como base a teoria social crítica, que nos ajuda a compreender este embate histórico travado entre organizações de extrema-direita e figuras atuantes de esquerda.

Palavras-chave: Comando de Caça aos Comunistas; Anticomunismo; Ditadura Militar; Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara

ABSTRACT

This research aims to analyze the historical and political context of the emergence of the far-right organization “Comando de Caça aos Comunistas” and its connection with the Military Dictatorship in the period of 1969 in the city of Recife. In this way, we seek to understand how the anti-communist discourse guided the political persecutions led by the murder of Father Henrique, the attempted murder of the student Cândido Pinto de Melo and the threats to Dom Helder Câmara. The methodology of this research has a bibliographic and documentary character, following a line of reasoning that takes us to the common thread between anti-communism and its combat through persecution, torture, deaths, bombings and disappearances, as a result of the actions carried out by this organization with the intention of annihilating any reaction expressed against the current order. As a result, mapping, critical analysis, and the effects of repressive practices of surveillance/social control are considered from the State Commission for Memory and Truth Dom Helder Câmara, based on critical

social theory, which helps us understand this historic clash between far-right organizations and active left-wing figures.

Keywords: Communist Hunting Command; Anticommunism; Military dictatorship; State Commission for Memory and Truth Dom Helder Câmara,

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|----------------|
| INTRODUÇÃO | Pág. 10 |
| DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA | Pág. 14 |
| DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO | Pág. 38 |
| APRESENTAÇÃO DO PRODUTO | Pág. 39 |
| APLICAÇÃO DO PRODUTO | Pág. 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | Pág. 39 |
| LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES | Pág. 42 |
| BIBLIOGRAFIA | Pág. 42 |

1. INTRODUÇÃO

As perseguições e repressões da Ditadura Militar em Recife encabeçadas pelos agentes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) cujos membros defendiam a morte e tortura dos indivíduos com ideários contrários ao golpe instaurado é tema central deste trabalho. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) durante a Ditadura Militar no ano de 1969 na cidade do Recife, especificamente, no caso da perseguição ao estudante Cândido Pinto de Melo, no assassinato do Padre Henrique e nas ameaças a Dom Hélder Câmara e levantar informações recolhidas pela Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC). Como objetivos específicos, consistem em levantar informações sobre as perseguições promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas e identificar de que forma o discurso anticomunista vincula-se como ferramenta de repressão.

A escolha do tema é fruto de indagações que me ocorreram ao longo da minha trajetória de vida e militância. A história da minha família é constituída por militantes que aturam no Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao lado de figuras como Luiz Carlos Prestes e Gregório Bezerra. Vários companheiros de luta dos meus avós maternos foram torturados e executados. Portanto, durante toda minha infância o tema da Ditadura Militar e o anticomunismo sempre estiveram presentes, o que ajudou na minha inclinação para o estudo deste tema.

A Ditadura Militar ancorou-se no combate ao comunismo e as forças políticas de esquerda que vinham crescendo na América Latina após o triunfo da revolução cubana em janeiro de 1959. Por isto, o tema anticomunismo e reação das forças militares é um elemento primordial para analisar, compreender e interpretar os acontecimentos históricos.

A década de 1920 é marcada pela intensa efervescência cultural, história e política. Dentro da dialética deste movimento, o período também foi marcado com o surgimento das primeiras organizações de cunho fascista, denominada de Legião do Cruzeiro Sul, datada de 1922. Esta mesma organização estava de acordo com os princípios do movimento fascista internacional, pois:

O fascismo e o movimento fascista adquiriram, dessa maneira, um significado europeu e até mundial; esse termo passou a designar quaisquer tipos de reações organizadas, direcionando a luta contra o movimento operário, em especial, contra o comunismo, e valendo-se de ações violentas. (PACHUKANIS, 2020, pág.58)

O Brasil da década de 1920 passava por intensas ebulições emanadas dos movimentos sociais que demonstravam insatisfação com a política oligárquica do café no Sudeste e centro-oeste do país. Como resposta a este avanço, a direita brasileira constrói suas principais lideranças em conjunto com setores oligárquicos brasileiro por meio da criação do Partido Fascista Brasileiro em 1927.

A consolidação da revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos na geopolítica mundial, tendo o ano de 1922 marcado pelo início da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aprofundou ainda mais os conflitos entre comunismo e crescimento do fascismo. Esta última teve a Itália como precursora da doutrinação fascista do Estado. Esta doutrinação segue princípios que,

Pode ser determinada como uma negação consequente dos princípios liberais e democráticos: o princípio da disciplina em vez da liberdade pessoal; o princípio da hierarquia e das prescrições vindas do alto em vez da eletividade; o princípio da escolha aristocrática em vez da igualdade democrática; a representação “corporativa em vez da parlamentar etc. [...] O nacionalismo e o chauvinismo levados ao extremo ocupam o lugar central da ideologia do fascismo. (Ibidem).

Após a segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, as tensões provocadas pelos embates entre a URSS e os Estados Unidos geraram dimensões internacionais influenciando o ordenamento político ideológico em cada país. Na América Latina, os Estados Unidos investiram no aparato militar como meio de controle e enfraquecimento ao comunismo que vinha crescendo através da obtenção de influência entre os movimentos de resistência. A Revolução Cubana culminada em 1959 alertou a necessidade da direita em combater as experiências acontecidas em Cuba e na União Soviética, culminando na criação de organizações com intuito de propagandear o anticomunismo e a moral cristã, a exemplo da criação da Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade em 1960. O Governo de João Goulart (1961-1964), fruto da renúncia do Presidente Jânio Quadros (31/01/1961 até 25/08/1961), apresentava medidas de interesse popular, como exemplo as Reformas de Base, que iam contra os anseios e necessidade de manutenção das desigualdades sociais impostas pela burguesia nacional e parte da Igreja Católica no Brasil. A reação destes últimos, impactou definitivamente o cenário da política brasileira por sua ação ancorada em preceitos fascistas e anticomunistas que acarretaram perseguições e aniquilações de qualquer ideário de cunho de esquerda.

A história como análise crítica do passado, e o modo de fazer a história, concentra-se como um trabalho intelectual, que mais do que usar as memórias, critica as fontes usadas e entende-as a partir de seu contexto específico. Normalmente, a memória glorifica o passado,

ou parte dela. Ou seja, aquilo que ela quer lembrar. Estes últimos, mudam com os anos de acordo com interesses e disputas atuais. Para poder interpretar e analisar cada fenômeno circunscrito no objeto de Estudo, é necessário compreender o hoje e a influência desse passado para compreensão das estruturas sociais formadas

[...] para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas do conjunto de que era indispensável partir. Não, decerto, que se trate – tendo imobilizado, de uma vez por todas, essa imagem – de impô-la, tal qual, a cada etapa do passado sucessivamente encontrado. Aqui como em todo lugar, essa é a mudança que o historiador quer captar. [...]. (BLOCH, 2001, pág.67).

Dentro reconstrução do passado eles nos oferece um olhar incisivo sob os conjuntos de referências teóricas que fortalecem o método de estudo dos conceitos históricos inscritos no fenômeno a ser estudado.

É preciso dar lugar a outras formas de história, aquela das mentalidades, por exemplo, ou a história social, ou ainda a história sociocultural; elas encontram em seu caminho numerosos documentos que transcrevem ou evocam dizeres. Estes podem ser validamente classificados, ordenados em gêneros, em formas distintas de pensamento e de tomadas de posição, em tipologias (por exemplo, o consciente, o submisso, o astuto, o transgressivo, etc.), e se encontrarem, no interior do relato, resumidos de maneira clara e metódica, especificando comportamentos e atitudes que tenham inflectido modos de relação humana, portanto acontecimentos. A história tem condições de se fazer a partir de dizeres, reagrupando-os e restituindo-os por sua linearidade ao estado de exposições bem construídas. As falas não são passadas sob silêncio, mas passadas sob o revestimento diligente da escritura historiadora. (FARGE, 2021, pág.60)

Esta pesquisa tem como norte teórico-metodológico a adoção de uma teoria crítica embasada na dialética das relações sociais, políticas e econômica. Para isto, será utilizada a interdisciplinaridade como parte de um novo conjunto no campo do saber, espelhado no conceito abordado por Le Goff (1994).

O contexto histórico em que se insere o Brasil, assim como outros países da América Latina, revela a expansão do aparato burocrático das forças militares, com o intuito de eliminar todas as formas de alianças construídas entre grupos que manifestavam luta contra estes setores que detinham o controle sobre as arbitrariedades impostas pela Ditadura militar.

Através das informações usadas como recurso imprescindível no monitoramento de grupos vistos como “perigosos para sociedade”, o aparato militar praticou a ampliação dos órgãos de segurança para o recolhimento e vigilância a respeito das informações que circulavam, para então, controlar os possíveis aglutinamentos de grupos vistos como “subversivos”. De acordo com Berg (2002), a informação caracteriza a concepção de uma

subversão na figura de um inimigo, obrigando a uma reação por parte institucional de controle e vigilância aos que se posicionam contrários a ordem vigente.

O início do governo do general Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e sua transição para o Governo do Emilio Médici (1969-1974) aprofundou as perseguições e prisões políticas promovidos pelo Golpe Militar. Neste período, houve a intensificação e aparelhamento de um órgão, até então criado em 1963, denominado de Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

[...]o CCC originou-se em função do espaço e do momento oportuno para a reação contra a situação institucional, acusada de “populista” e “sindicalista”, do vigente regime democrático (SILVA, 1985; SKIDMORE, 1976). No caso do movimento estudantil à direita, este comportava ideologias das mais conservadoras às mais reacionárias, dos liberais lacerdistas, fascistas e mesmo nazistas, ainda que seus “militantes” – se é que esta seria a correta designação – frequentassem, vezes na vida, posições “progressistas. (LOPES, 2014, pág.254).

Desta forma, a montagem de uma polícia política foi agregada como parte do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Deste modo, intensifica-se a rede do aparato estatal em controlar tudo aquilo que era visto como ameaça a ordem militar instaurada, gerando assim, conflitos, tensões, prisões, atentados que interferiram na sociedade e produziram consequências múltiplas.

A obra intitulada “Informação, repressão e memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS/PE (1964-1985)” da autora Marcília Gama Silva (2014) contribuiu como referência na análise da ação e funcionamento da polícia política, base de sustentação do arcabouço militar. Deste modo, a autora utilizou das fontes reveladas no Arquivo Público Estadual João Emerenciano (APEJE) na sessão dos arquivos do DOPS contendo as informações sobre quais eram os grupos políticos alvos das ações do Estado brasileiro.

O tipo de análise utilizada neste trabalho tem como objetivo reunir informações fornecidas por bibliografias, análises históricas e por arquivos contidos no Arquivo Público Estadual (AJEPE) servindo como análise qualitativa dos variados aspectos que circundam o fenômeno. Integrando assim, os elementos para uma análise documental e bibliográfica. Para isso, é necessário definir as informações de modo a caracteriza-las para que possa ser utilizada nessa análise. Portanto, utilizamos como referência metodológica, o estudo de Rojas (2014) para a compreensão dos paradigmas da pesquisa qualitativa:

Outros paradigmas de pesquisa procuram analisar os fenômenos da realidade situando-os em determinados contextos teóricos que permitam uma interpretação mais profunda dos processos sociais, considerando seu devir histórico. A categoria de totalidade é essencial à compreensão de conjunto de mudanças quantitativas e

qualitativas que se manifestam na realidade concreta. Um destes paradigmas é o que situa na corrente do materialismo histórico e dialético [...]

Segundo esta perspectiva de análise não se concebe a possibilidade de as técnicas de coleta e análise não se concebe a possibilidade de as técnicas de coleta e análise de dados serem consideradas em dois blocos separados e em confronto: as quantitativas e as qualitativas. No paradigma do materialismo histórico dialético, o ponto de partida é umas das leis fundamentais da dialética: a acumulação gradual de mudanças quantitativas enseja mudanças qualitativas no fenômeno. Logo, os aspectos quantitativos são vistos como expressões concretas da situação estudada. (ROJAS, 2014, p.184).

A proposta de pesquisa terá natureza qualitativa levando em conta o problema colocado, o marco teórico e conceitual. Através da análise bibliográfica e interpretação, possibilitando a obtenção de informações úteis, para assim, elaborar uma síntese dos resultados que suscite explicar o problema social ou fenômeno contido na pesquisa.

A coleta de informações desta pesquisa utilizará de procedimentos como análise e interpretação a partir de documentos e bibliografias. Para entender melhor estes procedimentos, recorreremos novamente aos escritos de Rojas (2014) e sua definição em relação a análise e interpretação:

Como esses procedimentos estão ligados, com frequência acabam sendo confundidos. A análise consiste em separar os elementos básicos da informação e examiná-los, de modo a responder às questões colocadas na pesquisa. A interpretação é o processo mental por meio do qual se procura inferir um significado mais amplo para a informação empírica colhida. Para isto, é preciso ligar as descobertas a outros conhecimentos disponíveis utilizados na proposição do problema e no marco teórico conceitual. (Ibidem).

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A Ditadura Militar instaurada pelo golpe civil-empresarial-militar exerceu de forma escancarada a coerção e extermínio de vários militantes contrários ao golpe, principalmente após a promulgação do Ato Institucional n°5, o AI – 5, assinado em 13 de dezembro de 1968 no decorrer do governo do General Costa e Silva.

Este período de maiores assassinatos e torturas deram-se a partir do chumbo aos opositores do regime (exílio, tortura, morte, etc.) ao passo que as elites e prevaleceu os interesses de setores econômicos internacionais, principalmente ligado aos EUA. As Forças Armadas brasileira aturam em conjunto para que o Golpe pudesse tomar todas as instituições do País. Sendo assim, este estudo pretende mostrar a narrativa da resistência por meio da memória patrimonial da cidade do Recife, a partir da criação da Praça Padre Henrique, localizada no centro da cidade, na Rua da Aurora, com o intuito de servir a sociedade recifense e preservando a memória e história daqueles (as) que lutaram bravamente nas

trincheiras contra a Ditadura Militar. A criação destes aparelhos públicos facilita na construção da memória da resistência através da arte, a exemplo do monumento “Tortura Nunca Mais”, dividindo espaço com uma praça pública voltada para toda a sociedade do Recife e do Brasil.

O Recife, durante a ditadura Militar, foi um dos grandes centros de resistência espalhados pelo País. Sendo assim, a medida em que as movimentações políticas se movimentaram, a Ditadura respondeu intensificando as repressões. Portanto, o objetivo deste trabalho possui caráter bibliográfico e exploratório, a partir de uma perspectiva de narrativa que nos leva ao fio condutor existente entre anticomunismo e sua repressão por meio de perseguições, torturas, mortes e desaparecimentos, advindos de um aparato estatal militar com apoio de organizações terroristas como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento de Caça aos Comunistas (MMC). (SILVA, 2007, p.169).

Alguns desses grupos paramilitares anticomunistas datam da década de 1950 em Pernambuco; funcionavam abertamente, de forma legal e com o apoio do então delegado Álvaro da Costa Lima nas suas participações em seminários e eventos realizados em outros estados da federação quando, através de ofícios, eram recomendados às autoridades policiais. Entre esses grupos destacam-se a Frente Anti-Comunista dos Estudantes Secundários de Pernambuco, já existente em 1959, espécie de embrião do CCC dos anos seguintes, e ainda a Aliança Brasileira Anti-Comunista datada também dos anos 50.” (PERNAMBUCO, 2017).

A Ditadura Militar baseou-se no combate ao comunismo e a militância progressista principalmente após o triunfo da Revolução Cubana de 1959. Deste modo, é fundamental aglutinar as forças militares conservadoras para impedir toda e qualquer ação dos movimentos sociais e políticos. Para melhor compreender esta conjuntura, recorreremos ao livro *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, do autor Rodrigo Patto Sá Motta, que nos ajuda a refletir a relação entre “anticomunismo” e a reação das forças militares. Vejamos sua explicação:

É importante mencionar que os militares vinham sendo instigados, já há algum tempo, a entrarem em ação contra os ‘comunistas’. Em diversas ocasiões, a grande imprensa publicou apelo de grupos sociais, que se voltavam para os militares como baluarte contra o ‘Perigo Vermelho’ (“Senhoras do Jardim Botânico pedem ao Exército que salve o Brasil do Perigo Vermelho”). David Nasser, um dos mais influentes colonistas da época, mais de uma vez provocou as FFAA à ação, cobrando o compromisso da instituição com a democracia e combate ao comunismo. Na hora certa, dizia ele, os militares se levantariam e cerrariam fileiras contra os comunistas, pois “[...] são democratas e tem a defender, com o Brasil democrático, inclusive as suas carreiras”. Nasser foi um dos principais divulgadores do argumento corporativo, ou seja, a suposição de que a vitória do comunismo implicaria a destruição das FFAA. O texto jornalístico do qual retiramos o excerto citado acima foi acompanhado de uma fotografia, que mostrava um miliciano cubano dormindo num altar católico, com os dizeres: Hoje em Cuba, amanhã no Brasil. (MOTTA, 2002, p.210).

A atuação do Comando de Caça aos Comunistas CCC deu-se em conjunto com organismos militares que tiveram o objetivo destruir produções artísticas de resistência ao regime; depredar de instituições de ensino; assassinatos de jovens comunistas, e enfraquecimento dos movimentos sociais e estudantis. As perseguições políticas se tornaram marca desta organização, sempre apoiada pelo aparato estatal. Dentre tantos acontecimentos, destaco o panorama feito por Lopes (2014)

Para muita gente, os acontecimentos da Rua Maria Antônia vieram a ser as mais contundentes situações-limite e de trauma que vivenciaram. Para outros, encontros de guerrilha urbana e rural, desapropriações e 'justiçamentos' são seus traumas e situações-limite. Para outros, também, o envolvimento direto, funcional ou administrativo em práticas de tortura e ações terroristas de estado. Para não poucos, principalmente daqueles estudantes matriculados no 'outro lado da Rua Maria Antônia', na Universidade Mackenzie, e/ou da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, as mais consternadoras situações-limite e de trauma não advieram apenas da violência física, mental e moral perpetradas por balas, porretes, xingamentos, mas também da profunda 'nódoa' que incrustou na 'vida pública' de muitos estudantes que vieram a se tornar políticos, empresários, advogados, etc., vivos ou mortos, acusados por estreitamento de relações com grupos extremistas, publicadas na grande imprensa e que ganharam opinião pública. (LOPES, 2014, p.260).

O início dos anos de Chumbo no Brasil marca a trajetória de perseguições como meio de controle social, sendo a prática de vigilância uma notória ação encabeçada pelas forças militares. Essa vigilância se dá por meio de uma comunidade de informações postas hierarquicamente, incorporando segmentos reacionários da sociedade ao aparato militar, que atuaram no confronto das forças políticas e sociais que visavam combater e resistir ao regime militar. Assim, criam-se condições favoráveis para a ampliação de uma repressão política, social e cultural, como exemplo, a ampliação das estruturas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No estado de Pernambuco, considerado pelos Militares como terceiro foco comunista até então existente no Brasil, este departamento possui a função de reprimir toda e qualquer propagação ideológica de cunho de esquerda na ordem de todo o estado. Cabe salientar que esta Polícia Política estuda e acumula novos saberes nas áreas de vigilância e controle social que atuaram em conjunto com os órgãos de segurança de âmbito regional e nacional.

Nesta compacta rede de manipulações, as relações de força e de poder se estabelecem de forma aguda. Pernambuco estava como importante centro de ação de vigilância e repressão, com o interesse em aprisionar, torturar e controlar grupos ou pessoas influentes na

cena social e política do estado como forma de garantir o pleno exercício de um poder coercitivo, arbitrário e violento. De acordo com a autora Marcília Gama (2007):

O início dos anos de Chumbo no Brasil marca a trajetória de perseguições como meio de controle social, sendo a prática de vigilância uma notória ação encabeçada pelas forças militares. Essa vigilância se dá por meio de uma comunidade de informações postas hierarquicamente, incorporando segmentos reacionários da sociedade ao aparato militar, que atuaram no confronto as forças políticas e sociais que visavam combater e resistir ao regime militar. Assim, criam-se condições favoráveis para a ampliação de uma repressão política, social e cultural, como exemplo, a ampliação das estruturas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No estado de Pernambuco, considerado pelos Militares como terceiro foco comunista até então existente no Brasil, este departamento possui a função de reprimir toda e qualquer propagação ideológica de cunho de esquerda na ordem de todo o estado. Cabe salientar que esta Polícia Política estuda e acumula novos saberes nas áreas de vigilância e controle social que atuaram em conjunto com os órgãos de segurança de âmbito regional e nacional. (SILVA, 2007, pág.231).

Como parte do arcabouço da repressão, a Ditadura Militar perseguiu as mais variadas instituições e pessoas ligadas a preceitos democráticos. Trabalhadores sindicalizados nas áreas urbanas e rurais, músicos, estudantes, entidades partidárias, Igreja Católica, Padres, etc., ou seja, pessoas que exerciam e expressavam seus direitos a partir de formas individuais ou coletivas. O caso do Padre Henrique, nos ajuda a compreender a complexidade da atuação das forças de repressão no Brasil aliados a grupos de extrema direita anticomunista. Como exemplo deste panorama de grupos de extremistas, temos o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) como um dos grupos paramilitares mais truculentos em vigência na época. Neste contexto, a figura do Padre Henrique causa alarde nos aparelhos de vigilância devido a sua amizade, confiança e carinho nutrido com Dom Hélder Câmara, principalmente por ser um professor destacado e Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. O seu assassinato no dia 27/05/1969 nos faz compreendermos a grande articulação com organismos internacionais ligados ao capital financeiro que financiava estas ações com o intuito de propagar o terror e a violência como forma de “aviso” aos opositores do golpe.

Para melhor compreensão das circunstâncias do assassinato do Padre Henrique, precisa-se delimitar a conjuntura política em que passava o Brasil e o papel da Igreja Católica dentro deste contexto. Por conta de sua história ao lado das grandes oligarquias e monopólios públicos e privados do Estado, a Igreja Católica assume importante papel no processo de doutrinação da sociedade brasileira. Desde os primórdios da construção da “brasilidade”, a Igreja Católica, por meio de suas doutrinas, servia de apoio as pessoas em se conformarem com suas condições de pobreza e de vida, sendo assim, as pessoas deveriam agradecer por sua

condição social e econômica, ao aguardo do reino dos céus, para assim viver na eternidade. Com o passar dos anos, e principalmente antes a Segunda Guerra Mundial, esta última, contou com um amplo setor da Igreja Católica comprometida como o Nazifascismo. Esta união resultou na criação do Estado do Vaticano, em 11 de fevereiro de 1929, tido como um agrado do líder fascista Benito Mussolini em troca do apoio da Igreja. Porém, apesar desta ser o posicionamento oficial da instituição, outros setores optaram por seguir uma doutrina de pacificação e dignidade humana entre os povos.

Neste contexto, após a Guerra Fria e o aglutinamento das contradições existentes da questão social a partir da relação entre capital e trabalho tornaram-se latentes nas sociedades. A dicotomia entre EUA e URSS perpassavam por diversos setores da sociedade, estimulando ainda mais o amplo debate sobre o capitalismo e suas mazelas na sociedade, e, sobretudo, as mazelas sociais, a pobreza e a extrema miséria estavam presentes também em debates internos na Igreja Católica. Portanto, na conjuntura de instauração do golpe militar brasileiro, não seria diferente. A conjuntura pré golpe de 1964 contou com apoio majoritário da Igreja que seguia as correntes autoritárias e anticomunistas de direita. A Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade, em março de 1964, as vésperas da Ditadura Militar, nos mostra o engajamento que amplo setor desta instituição na sociedade. Neste cenário, houve reação por parte de setores da Igreja contrários ao golpe instalado, dando apoio as manifestações democráticas e de resistência ao regime imposto. Dentro disto, surgiram figuras importantes da sociedade católica manifestando sua insatisfação ao autoritarismo e antidemocracia. Figuras como Frei Betto, Frei Tito, Dom Hélder Câmara, e dentre outros, tornaram-se personagens ameaçadores a ordem estabelecida. Em Pernambuco, Dom Hélder Câmara realizava trabalhos juntos aos mais pobres e procurava denunciar os horrores vividos nos porões da Ditadura Militar. Afinal, morte, tortura, assassinato, sequestro, e dentre outros, não correspondem aos preceitos de igualdade, fraternidade e paz, pregados por Jesus durante sua passagem pela terra.

A partir de estudos e consultas das normativas presentes nos governos militares, o período entre 1964 e 1969 é marcado, por inúmeros Atos Institucionais que almejavam o cerceamento da liberdade de livre manifestação dos indivíduos que compõe a sociedade, com o intuito de reprimir e violar todos os cidadãos brasileiros considerados subversivos as mudanças criadas pela Ditadura Militar. Ao todo, 17 atos no início do golpe (1964- 1969) foram criados para legitimar, através de leis e decretos, o autoritarismo praticado pelos militares para garantir a hegemonia do conservadorismo de direita na formação ideológica dos

cidadãos brasileiros. Neste período, encontra-se a aprovação da Lei Nacional de Segurança e a Lei da imprensa, ambos em 1967.

Os Atos eram fundamentais para a afirmação do caráter tutelar do Estado, estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder o seu caráter propriamente militar. Para que o Exército pudesse exercer diretamente o mando político e manter alguma unidade, fundamental no processo que se acreditava em curso, era preciso rotinizar a autocracia e despersonalizar o poder. A autoridade do presidente, figura fundamental neste projeto, deveria emanar da sua condição hierárquica dentro das Forças Armadas [...] e de uma norma institucional que sustentasse a tutela sobre o sistema [...]. (NAPOLITANO, 2016, pág. 51).

O assassinato de Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969, sinalizou o poder do aparato repressivo em aniquilar a qualquer custo, sujeitos de importância na política de esquerda e referência para muitos militantes da época, fortalecendo o autoritarismo conservadorismo de direita. Este conservadorismo, balizou-se no anticomunismo, conservadorismo cristão e na tentativa de um monopólio da ideologia militar sob toda a sociedade brasileira. Perseguições, prisões, assassinatos e torturas orquestravam os rumos tomados pelos governos militares. A postura da polícia militar concentrava uma ideologia de máxima repressão, tortura e morte. Durante o período do assassinato de Carlos Marighella, os membros da Ditadura Militar vangloriavam esse crime como forma de resposta as organizações de esquerda, movimentos sociais e cidadãos que lutavam pela democracia. Como exemplo desta postura autoritária e difamatória, ecoavam nos presídios os gritos de comemoração da morte de Marighella

Nas catacumbas do Dops, o inferno estava longe de terminar. Com a truculência exacerbada pelo álcool com que celebraram a vitória, os tiros vararam pela carceragem à noite. Orgulharam-se: ‘Matamos o bicho!’. Outro emendou: ‘Eu vou matar vocês todos!’. Mais um bêbado vociferou, recordaria Frei Fernando: ‘Os frades entregaram o Marighella!’. Como num desfile carnavalesco, cantaram ‘Olê, olá, Marighella se fodeu foi no jantar...’. Os companheiros não abaixaram a cabeça: os socialistas puxaram seu hino, A Internacional, e os dominicanos entoaram cantos gregorianos. (MAGALHÃES, 2012, pág.14).

Por esse contexto de vigilância e terror instaurado após o golpe de 1964, a figura de Dom Hélder Câmara apresentava “ameaça” aqueles que queriam a manutenção da Ditadura Militar.

A intensificação das ações dos órgãos de segurança contra o clero, levou a Dom Hélder a divulgar, um boletim diocesano criticando a Polícia Federal, o DOPS de Pernambuco e o IV Exército. A partir da observação do CI/DPF, esses órgãos eram acusados pelo bispo de irregularidade por terem agido arbitrariamente contra os religiosos. No entanto, o caso teria se tornado mais grave pelo fato de o documento ter chegado às mãos de um representante do Vaticano que se encontrava no Recife naquele momento.

Até aqui, nota-se que a suposta contaminação do clero por “ideias comunista [...] A percepção da comunidade de informações era de que a CNBB estava cada vez mais envolvida com a oposição a ordem estabelecida. (GOMES, 2014, p.135).

Porém, assassinar o grande líder religioso católico de Pernambuco não iria ajudar na imagem que os golpistas militares gostariam de passar. Para isso, eles precisavam atingir Dom Hélder de outra forma e com uma tática que o atingisse indiretamente. Devido a relação de amizade existente entre Dom Hélder e o Padre Henrique, este último aparece como alternativa viável para atingir o sacerdote. Nesta época, especificamente no ano de 1969, intensificou-se os processos de torturas e mortes. Este ano ficou conhecido por início do Ato Institucional nº 5, estando o Brasil declarado em estado de Sítio e pela morte de líderes, como Carlos Marighella. Nesta conjuntura, podemos analisar que a Polícia Política e Militar agia com o apoio de organizações terroristas de extrema Direita, como o CCC.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) construiu ao longo do tempo uma sigla amedrontadora, impune e poderosa. Suas ações eram planejadas e estudadas antes de qualquer tipo de engajamento. No ano de 1968 a notoriedade desta organização passa a circular entre os meios de comunicação e pela sociedade, evidenciado a força organizacional que representa a organização ligada ao aparato estatal. As diversas propagandas políticas de resistência geraram reações assinadas por tal organização. Dentre as mais importantes, destaca-se a repressão ao elenco da peça teatral Roda Viva em São Paulo e Porto Alegre e no assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto em Recife. Estas ações entraram em consonância ao endurecimento do Regime Ditatorial Militar através da implantação do AI 5, no fim dos anos 1968, corroborando para um clima de “medo e terror” na sociedade.

O coordenador da Arquidiocese de Recife e Olinda, Padre Henrique, vinha demonstrando sua insatisfação com a falta de democracia no país e pela barbárie como formal banal da sociedade. Ao realizar uma missa em homenagem ao estudante morto pela ditadura militar, o estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio De Janeiro, o grupo terrorista CCC já visava o Padre como forma de demonstrar a Dom Hélder a violência e tortura em que eles estavam dispostos a fazer. Este panorama do assassinato do Padre Henrique pode ser compreendido através do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964.

Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. Professor e especialista em problemas da juventude, desenvolvia atividades junto ao Arcebispo Dom Helder Câmara. Por sua destacada posição, firmemente contrária aos métodos de repressão utilizados pelo governo, tendo como destaque a missa que celebrou em memória do estudante Edson Luiz de Lima Souto, Padre Antônio Henrique passou a receber constantes ameaças de morte por parte do chamado CCC. No dia 26 de maio, foi sequestrado, por este mesmo CCC. Seu corpo foi encontrado, no dia seguinte, em um matagal existente na Cidade Universitária de Recife, pendurado de

cabeça para baixo, em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração, e dois ferimentos produzidos por arma de fogo. No inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco, para apurar as circunstâncias da morte de Padre Henrique, foram acusados como responsáveis pelo sequestro, tortura e morte Rogério Matos do Nascimento, delegado Bartolomeu Gibson, investigador de polícia Cícero Albuquerque, tenente José Ferreira dos Anjos, da Polícia Militar, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och. Entre as testemunhas de acusação, estavam a mãe do Padre Henrique, Sra. Isaias Pereira, e uma investigadora de polícia, de nome Risoleta Cavalcanti, que acusaram as pessoas acima mencionadas, não só por este assassinato, mas também, pelo metralhamento que deixou paraplético, em 1969, o líder estudantil recifense, Cândido Pinto de Melo. Segundo o Desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, 'Há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA'. Do inquérito, resultou o arquivamento. Nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e provas irrefutáveis. (DOSSIÊ, 1995, p.47).

Na época de sua morte, repercutiu bastante na imprensa. Afinal, o Padre Henrique tinha sido sequestrado numa noite anterior e vinha recebendo ameaças do Comando de Caça aos Comunistas em diversos lugares. Nesta mesma época, o Comando de Caça aos Comunistas, realizou um atentado contra o estudante Cândido Pinto, na ponte da Torre, no Recife. O estudante conseguiu escapar com vida, mas ficou paraplético após ser atingido por um tiro de bala de fogo. Um dia antes deste acontecimento, o CCC havia disparado também contra a residência de Dom Hélder, aos gritos de "Viva o CCC". Vale ressaltar que, em 1979, com a volta de alguns líderes que foram exilados na Ditadura Militar, como exemplo, Miguel Arraes, uma figura nacional progressista importante, foi vítima de um ataque do CCC na Cidade de Belém, estado do Pará, na qual o grupo propositalmente interfere na energia elétrica da cidade e realiza pixações de caráter anticomunista citando o nome do político pernambucano.

A autora Marcília Gama (2007) nos mostra a confluência que existia entre organismos ligados ao imperialismo norte-americano (financiador dos golpes militares na América Latina) e com as organizações militares e de extrema direita, sobretudo, anticomunistas. A vida do Padre Henrique foi ceifada por simples crime de ódio e terror. Aliado a isso, a certeza da impunidade, corroborou para que esses grupos e militantes agissem sem nenhum medo de serem penalizados.

O que chama atenção no caso é a possível participação da CIA, associada a pessoas ligas a lei, o que torna mais significativa a marca indelével da impunidade, da banalização da vida, do convite irrecusável ao descaso [...]. O assassinato do Padre Henrique em 26 de maio de 1969, no Recife, marca as páginas da história da repressão em Pernambuco como um ato de extrema ousadia e impiedosa frieza por parte dos envolvidos, movidos pela certeza da impunidade, só justificada pela cobertura de pessoas poderosas do regime aos criminosos, que não permitiram a

punição dos culpados, inscrevendo o crime (de ampla comoção e protesto social) nas negras páginas da história da violência no Estado. Olhar a imagem a seguir possibilita conhecer a dimensão exata da capacidade e falta de escrúpulos dos integrantes da rede. Talvez seja esse o motivo maior, a razão que até hoje impede a apuração legítima de tais crimes. O medo do passado assombra o presente. (SILVA, 2007, p.232).

Esta impunidade e do conchavo existente entre o Comando de Caça aos Comunistas e a Ditadura Militar foram um dos marcadores para as ações promovidas por este grupo que atuava não só em Pernambuco, mas no país inteiro. A evidência explícita de um crime de caráter político continua até hoje sem justiça aos verdadeiros criminosos. Como consta na matéria do site Memória da Ditadura, as investigações mostraram que

Esses documentos revelam tanto a motivação política do crime quanto o fato de que as autoridades militares de Pernambuco e da esfera federal sabiam da autoria da execução e agiram para ocultar e interferir no processo, por meio do Ministério da Justiça. Em parecer confidencial enviado àquele ministério, consta que participaram do crime dos investigadores da polícia civil [...]. Os documentos produzidos pelo SNI, Ministério da Justiça e Cenimar desconstruem a versão oficial e comprovam a execução por motivação política perpetrada por integrantes do CCC e agentes policiais do estado de Pernambuco. Além disso, observa-se a subserviência do Ministério Público Estadual ao Poder Executivo Federal. (Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-henrique-pereira-neto-padre-henrique/>>. Acesso em: 17/04/2022)

Ao analisar o assassinato do Padre Henrique, não pode deixar a parte a questão da Teologia da Libertação, na década de 1930. Esta corrente da igreja católica propunha acolher os direitos humanos, movimentos sociais e mudanças na estrutura da sociedade, tendo a justiça e a paz como fatores primordiais. Assim, este grupo era comumente taxado de comunistas, anti-ordem vigente e a favor da subversão da sociedade. Tudo isso baseado num pensamento retrógrado e de extrema direita.

No inquérito a partir de investigações e análise de depoimentos, concluiu que os executantes do crime contra o Padre Henrique eram: Delegado Bartolomeu Gibson, Rogério Matos do Nascimento, Pedro Jorge Bezerra Leite, Michel Maurice Koch e o tenente José Ferreira dos Anjos. (CEMVDHC, 2017).

Nesta lógica, o conceito de autoritarismo compreende a maneira de agir e pensar dos idealizadores e realizadores da censura ditatorial. A partir da violência policial como força motriz, atuando na manutenção da violência pelos diversos aparatos estatais e governamentais para sustentabilidade de tal ação. Esta violência estava ligada a um pensamento anticomunista e ao mesmo tempo, anti progressismo. Com a instauração da Doutrina de Segurança Nacional, seu conteúdo deu explícito sua base ideológica que busca transferir modelos biológicos para a

sociedade. Nesta abordagem, qualquer segmento que não esteja imerso nesta lógica, deverá ser banido da sociedade.

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo 'poder' designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se umas às outras). (FOUCAULT, 1982, p.217).

A simples noção de repressão nos faz desconsiderar todo o mecanismo produtivo do poder. Este mecanismo que leva a reflexão sobre se o poder é simplesmente reflexivo, qual o motivo para aceitação das pessoas. A eficácia do poder estar justamente no seu mecanismo de produção. Estes elementos nos localizam aquilo que se entende como verdade que não existe fora do poder. A verdade irá existir no entrecruzamento nos enunciados e as relações de poder irão definir o regime específico e discursivo sobre tais, através de instituições e métodos que são validadas para falar a verdade.

A economia política da verdade na nossa sociedade, é enumerado por Foucault que a verdade é baseada nas instituições que os produzem. Ou seja, está localizada em tudo aquilo que se constrói como parte da ciência. Acontece também, dentro do campo científico da psicologia e ciências sociais, por exemplo, um tipo de pesquisa que está localizado como aquilo que se chama de verdade. A verdade é tão dominante que as lutas ideológicas e os confrontos sociais são para se apropriar da forma específica da verdade, e não para se transformar a forma específica da verdade. A verdade científica é hegemônica de tal maneira que tudo se passa como única maneira possível de se expressar a verdade. Para isso, Foucault traz uma ideia de que os seres sociais precisam pensar os problemas políticos não em termos de ciência e ideologia. E que seriam sim, termos de verdade e ilusão. E da verdade como prática de poder como um certo tipo de poder que se movimenta e faz com que algumas instituições e sujeitos possam falar a verdade.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...)em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício.” (IBIDEM, p.182).

Dentro deste pensamento autoritário exposto, contém a percepção de que as Forças Armadas do país deveriam atuar irrestritamente no funcionamento harmônico do território brasileiro. Nesta “lógica”, qualquer divergência estaria dada como alerta de perigo, assim

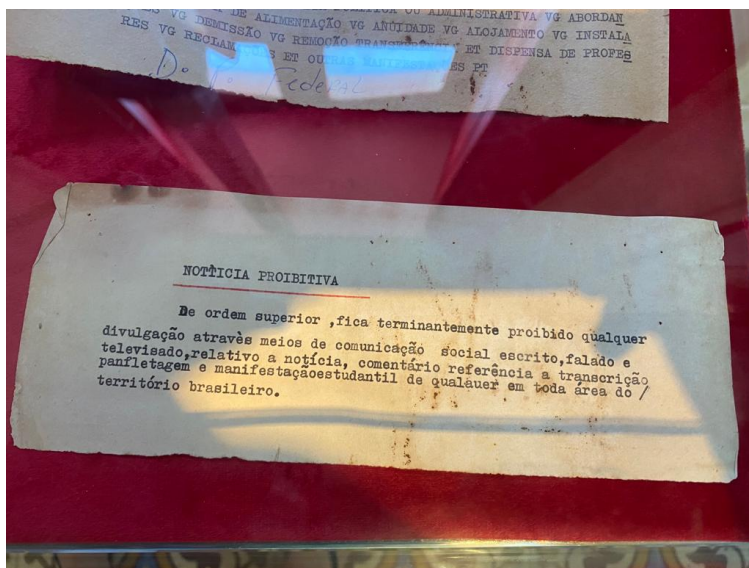
como um vírus que visa “destruir” o organismo, a partir disto, o poder coercitivo agiria para extinguir qualquer tipo de ameaça ao organismo social.

A militarização do Estado edificou os anseios da direita e da elite liberal brasileira. Neste golpe, a concepção totalitária partida do ponto do “risco para a manutenção do poderio militar” se concretizou na criação do Sistema Nacional de Informações (SNI). Como consequência desta forma e concepção totalitária, a Ditadura Militar utilizou de ferramenta arbitrárias com os mais brutais métodos de torturas, como por exemplo, o desaparecimento de corpos até hoje nunca encontrados.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. (ARNS, 1987, p. 43).

A acirrada disputa de impor seus tentáculos ideológicos por toda a sociedade brasileira, a repressão em Pernambuco na Ditadura Militar constitui de um dos grandes massacres, pós escravidão, de vários brasileiros ou militantes sociais e comunistas.

Figura 1: Foto de notícia proibitiva na época da Ditadura Militar.



Fonte: Memorial da Democracia de Pernambuco, 2022. Imagem tirada por foto pela autora.

Os aspectos das marcas de repressão em Pernambuco, contido no Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2017), deixa explícita o poder do Estado baseado num corporativismo militarista de extrema Direita, guiado pela ideia

supremacista de eliminação de qualquer manifestação forjada pela classe trabalhadora e por militantes de movimentos sociais. O aparato desta máquina de repressão utilizava os órgãos de inteligência (DSI) como forma de adentrar em espionagens com o intuito de catalogar pessoas a fim de produzir evidências para a realização de alguma prisão, tortura, assassinato, etc. Para a realização de tais práticas, o aparato militar necessitava de centros de apoios para a realização de seus anseios fascistas.

Na seção de investigação trabalhavam agentes que deveriam seguir suspeitos, observar esconderijos e farejar pistas. Em princípio, não se meteriam em capturas e estouros de aparelhos. Baseava-se numa estrutura celular, formada por turmas de duas pessoas. Cada uma delas tinha direito a um automóvel, em geral um Volkswagen, equipado com rádio transmissor. O número de duplas variava segundo o tamanho do DOI, e num deles chegou a haver doze.

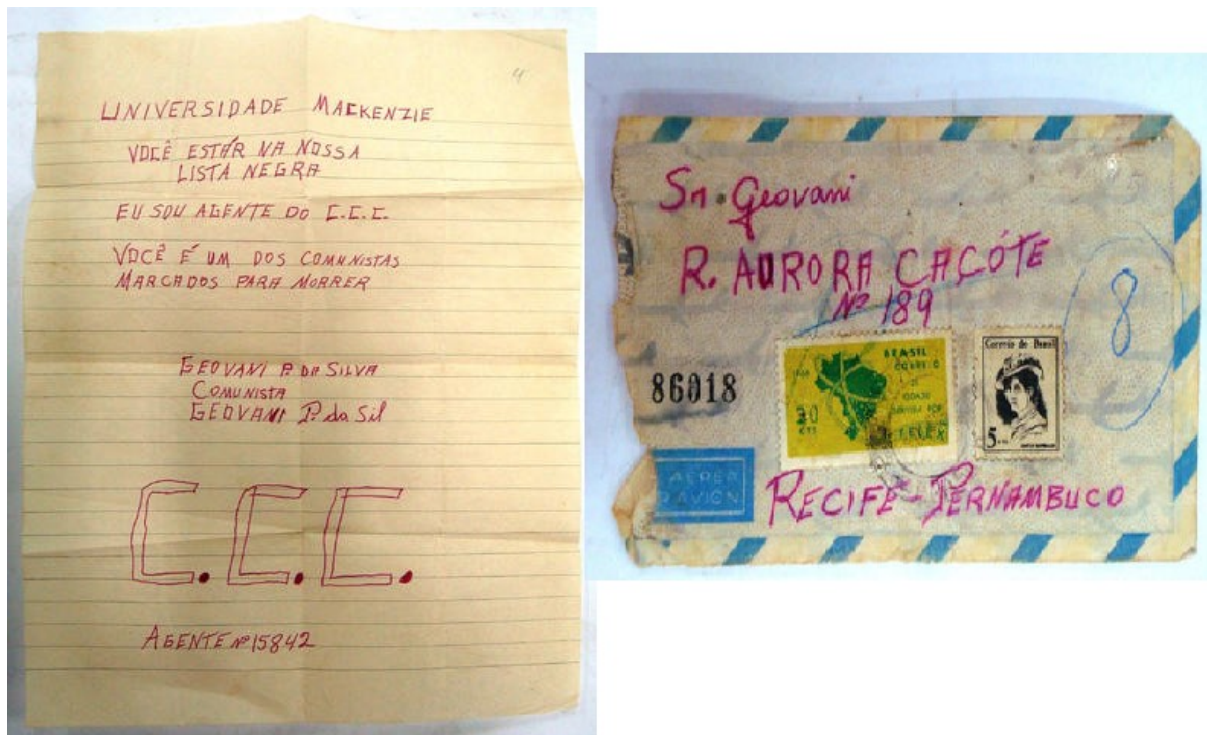
As prisões e o trabalho pesado de rua cabiam à seção de busca e apreensão, dividida em três agrupamentos, formados por quatro turmas de três a cinco agentes cada uma. Moviam-se camionetes ou carros de quatro portas. Essa seção abrigava ainda quatro equipes de coleta de dados, cada uma com três pessoas: um oficial da Polícia Militar, um delegado e um motorista. Tinham por tarefa vigiar universidades, colégios e órgãos do governo. Era a maior das seções e em geral agrupava mais de cinquenta funcionários.

Dentro do porão, estava a razão de sua existência: a seção de informações e análise. Esta tinha dois braços. Um, de análise, recebia informações, mantinha fichários, estudava interrogatórios e documentos. Cada organização perseguida transformava-se numa pasta onde se colecionavam dados históricos, arrolavam-se as ações por ela praticadas, e atualizavam-se as listas de nomes de militantes. (GASPARI, 2002, p.181).

Localizado no centro do Recife, na Rua da Aurora, o DOPS-PE mantinha seu arcabouço institucional que operava no controle e vigilância dos indivíduos considerados “perigosos” à sociedade. Além de centro das práticas repressivas, o ambiente do DOPS PE lecionava aos policiais e membros das forças armadas em serviços de espionagem, tabela de indivíduos organizados em movimentos de esquerda, escuta telefônica, indiciamento de provas, álbuns de fotografias para reconhecimento de militantes, dentre outros. Ao analisar os dados contidos no Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2017) há uma amostra de evidências através de depoimentos de expressos políticos e agentes do estado ditatorial repressor. Neste compilado de informações e dados cientificamente comprovados, mostra-se os mecanismos adotados pelas forças repressoras, para intimidar e incriminar vários militantes das causas progressistas e democráticas. Cabe destacar, a tática de produção de álbuns de fotografias para reconhecimento e detalhamentos das atividades dos militantes. Dentro deste contexto, existiam mais mecanismo de coerção. Neste cenário, ao consultar o Arquivo Público Jordão Emerenciano, encontra-se a pasta

“Prontuário do Comando de Caça aos Comunistas” que contém as documentações comprobatórias das violências e ameaças produzidas por este grupo:

Figura 2- Carta de ameaça enviada pelo Comando de Caça aos Comunistas.



Fonte: CEMVDHC, 2017.

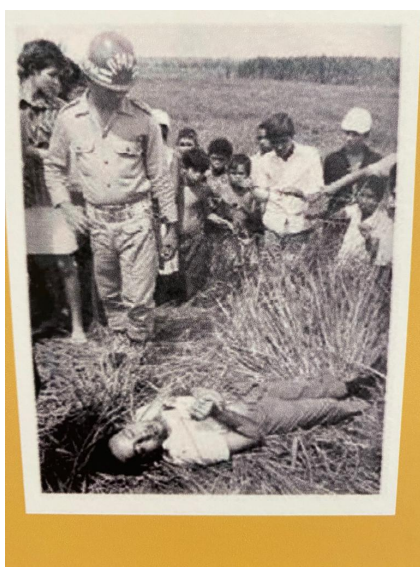
Como exemplo, a produção de provas para o indiciamento; escutas telefônicas; operações de monitoramento; e por último, o ápice da crueldade do fascismo de extrema direita: torturas das mais variadas formas (tanto no aspecto físico como no mental).

É importante lembrar que as sequelas deixadas não se restringem apenas aos mortos e desaparecidos políticos, elas são incontestáveis, e encontram-se também na categoria dos mutilados da alma, aqueles em que a ação do ‘poder soberano’ deixou cicatrizes profundas, sobretudo na natureza psicológica, mais difíceis de curar. Elas pertencem ao domínio das marcas inesquecíveis e sombrias, na medida em que acompanham sua vítima de forma inexorável, como que lembrando permanentemente que o poder soberano atua, penetra, disciplina, molda e aprisiona copo e alma, produzindo efeitos, atingindo não só os presos políticos, mas especialmente seus familiares. Não é possível mensurar os danos causados pelo poder repressivo a extensa parcela da sociedade. (SILVA, 2007. p.223).

Neste contexto, casos de massacre a resistência Pernambucana, mostra-se como a repressão atuou de maneira escancarada sem nenhum pudor. No interior do Estado, o principal alvo foram as Ligas Camponesas e os movimentos sociais rurais pelo direito a dignidade de moradia sem as amarras do grande latifúndio. Nas cidades que fazem parte da Região Metropolitana do Recife, o alvo continha as particularidades das contradições do

autoritarismo militar. Eram pessoas de todos os mais variados tipos da ala democrática. Ia de profissionais liberais até as organizações da esquerda radical. Também neste emaranhado, estavam a ala progressista da Igreja Católica. Tendo Dom Helder Câmara como principal personagem do catolicismo em Pernambuco, foi brutalmente perseguido e também intimidado. Em 1969, um Padre ligado as forças democráticas da Igreja Católica e amigo pessoal de Dom Hélder, foi brutalmente assassinado por agentes da Ditadura Militar e pelo grupo de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Figura 3 - Corpo do Padre Henrique encontrado na Universidade Federal de Pernambuco em 1969.



Fonte: Memorial da Democracia de Pernambuco, 2022. Imagem tirada por foto pela autora.

Os principais locais das práticas de tortura, ou seja, o arcabouço material para a efetivação dos anseios por práticas baseadas no terror, eram localizados na então Secretária de Segurança Pública do Estado que continha a Delegacia de Ordem Política Social (DOPS), localizado na Rua da Aurora. Outro ponto importante e estratégico, situava-se na sede do DOI-CODI, situado no Quartel General do IV Exército. E por fim, na base área do Recife. Vale salientar, que apesar dos canais oficiais, grande parte de outras variadas torturas aconteciam nas madrugadas das noites silenciosas, pois assim, torna-se fácil o ocultamento de provas e a falta de cidadãos andando pelas ruas.

No tramite para a produção de “provas justificáveis” para o indiciamento de seus opositores, o regime ditatorial militar passava por certas regras e ordem de construção de sua base autoritária: ocorriam as denúncias e o rastreamento de toda a rede ligada aquele individuo ou grupo político. A partir da comprovação dessas “investigações” passava a ser

taxado como um militante comunista a ser extirpado da sociedade sem direito a comprovação de tal violação de direitos humanos. Com a ligação entre esses agentes de investigação e o aparato das Forças Armadas, o DOPS, DOI-COID e Marinha entravam em ações com recursos financeiros e materiais para a criação de uma logística para perseguição e apagamento da história de vários militantes. Por isso, muitos desses sujeitos optavam pela clandestinidade como forma de burlar e escapar da vigilância e repressão em seu dia a dia.

As denúncias não cessaram mesmo com toda persuasão e violência praticada pela Ditadura. A atuação de movimentos sociais, partidos políticos, artistas e todos cidadãos brasileiros que lutavam pela democracia com ampla participação popular, conseguiu mobilizar as bases para a construção de um movimento massivo de denúncia dos crimes e censuras praticadas pela Ditadura Militar. A crescente mobilização das atividades sindicais contra as desmobilizações e intervenções do governo com o intuito de dismantlar a organização sindical, como por exemplo, proibindo a realização de greves e prisões dos principais líderes sindicais. Os sindicatos, por meio de manifestações dos trabalhadores, afrontaram o regime militar iniciando-se assim, uma peleja política que se alastrou por todo o país, contribuindo significativamente para a derrubada desse regime ditatorial.

As notificações internacionais dos crimes das ditaduras em toda a América Latina, pressionaram os organismos internacionais de defesa dos direitos humanos a intervir na garantia da paz e cidadania. A aprovação da Lei nº 6.683 em 28 de agosto de 1979, concedeu anistia aos cidadãos que cometeram crimes políticos e sofreram com a perda de seus direitos políticos a partir dos Atos Institucionais, entre setembro de 1961 e agosto de 1979. Porém, esta medida anistiava, também, os militares. Desta forma, foi uma tática de organização por uma legitimação do campo jurídico criada para proteger todos os crimes e a repressão a classe militar.

Com a aprovação da lei da anistia, a partir de agosto de 1979 centenas de exilados voltaram ao Brasil, pela certeza de que não seriam mais presos ou processados. Na verdade, o movimento de retorno já havia começado no início do ano, quando foram extintos o AI – 5 e as penas de banimento, mas a aprovação da anistia era a garantia mais segura. Os grandes líderes da oposição de esquerda voltaram em setembro e outubro de 1979, com destaque para Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes. (PATTO, 2021, pág.114)

A consequência para a sociedade brasileira nos anos de evidência da organização do CCC resultou num terror que buscava extinguir as reivindicações provindas daqueles que lutam pela emancipação política, econômica, e social da classe trabalhadora, gerando impacto dentro das organizações de esquerda que lutavam contra a Ditadura Militar, pois o aparato

estatal de repressão era maior do que as forças de luta forjadas na época. A reflexão de Lopes (2014) evidencia a importância social, política e jurídica encabeçada pela Comissão Nacional da Verdade por investigar e explicar a sociedade os crimes cometidos durante o regime militar:

Comissões da Verdade, como as vigentes no Brasil – em âmbitos federal, estadual, municipal ou autárquico – impossibilitadas de executar reparação financeiro-criminal sobre vítimas e familiares, atêm-se a revelar e confrontar memórias para que estas não sejam esquecidas. Parece pouco, mas não o é. Em consonância ao funcionamento dessas comissões da verdade, a presente pesquisa pretendeu confrontar narrativas de ressentimento, silenciamento, bestialização/demonização para que a atuação do Comando de Caça aos Comunistas seja esquecida ou banalizada. Neste sentido, não se pretendeu comportar textualmente aparente postura de reconciliação história, mas sim de zelo a liberdade de expressão, e de zelo a cidadania e a dignidade humana iminentes as vítimas, perpetradores e testemunhas desse tabu ou mito gerado no seio da cultura política e historiográfica brasileira. A atuação do CCC e de outros grupos paramilitares, terroristas de extrema-direita, deve ser encarada como tema também pertinente junto a outros arrolados às atuais comissões da verdade. A omissão favorece o vigor do ressentimento e do ressentido. (ESTEVEZ, 2014, pág. 266).

As marcas deste duro período ditatorial brasileiro jamais ficarão acabadas. Neste difícil período, observamos o horror ser banalizado dentro da sociedade brasileira. O fascismo á brasileira nunca esteve tão satisfeito durante este período. A conjuntura passada durante a maioria dos países da América Latina, intensificadas principalmente no período da Guerra Fria, era de retomada de valores de cunhos de extrema direita, autoritário e anticomunista. A ilusão de um estado centralizado e autoritário marcava a maioria da população brasileira. Esta última, tendo pouco ou nenhum conhecimento dos anos de chumbo e seus atos irreparáveis para tantas famílias em todo território nacional. O discurso das autoridades militares era de um viés antiterrorista e protetor da “índole” da nação brasileira. Ou seja, as forças militares averbavam abertamente com tranquilidade o massacre promovido pelos mesmos contra aqueles que lutavam por justiça e democracia. No livro, *A Ditadura Escancarada*, Gaspari (2002) nos mostra como o discurso dos militares se baseavam na repressão abertamente escancarada

Num discurso feito na Escola Superior de Guerra, Medici festejava: ‘Estamos vencendo o terrorismo da minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente’. Falando á oficialidade da Vila Militar, foi mais didático e reiterou seu compromisso de ‘aprimorar a prática dos princípios democráticos consagrados na constituição brasileira, sobretudo os referentes á dignidade da pessoa humana – no bom sentido do humano – aos direitos, deveres e liberdade do homem brasileiro; - mas não do pseudobrasileiro, isto é, daquele que está a serviço de outra pátria.’ ‘Haverá repressão, sim. E dura e implacável’, arrematou em março de 1970. Não podia ser mais claro. (GASPARI, 2002, p.160).

Figura 4 - Mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar em Pernambuco (1964-1985).



Fonte: Memorial da Democracia de Pernambuco, 2022. Imagem tirada por foto pela autora.

Diferentes perspectivas nos apontam o quão duro e violento as correlações de forças se sobressaíam na violência praticada pelo regime. Havia um arcabouço jurídico e institucional que validavam as perseguições, assassinatos e torturas. Porém, mesmo neste cenário caótico, houve espaço para a resistência e uma reconstrução diária de luta para um processo de sociedade emancipatório. Todas as pessoas que estavam envolvidas em grupos, associações, partidos, organizações, Igrejas, etc., presenciaram a repressão e vigilância social promovida pela Ditadura Militar. Mesmo assim, continuaram lutando, cada qual a sua maneira, numa alternativa viável que demonstre o posicionamento contrário as formas de violência do Estado brasileiro. Apesar de 21 anos vividos pela censura e medo por parte daqueles que lutavam contra o regime, houve muita resistência e politização entre diversos membros que enfileiravam as trincheiras de lutas por democracia.

A luta pelo fim da Ditadura Militar ecoava por todos os cantos do Brasil e era inevitável o seu colapso na estrutura governamental do país. Milhares de brasileiros nas ruas, gritando por “Diretas Já”, anunciava o declínio da Ditadura. A Constituição Cidadã, aprovada em 1988, foi fruto de toda mobilização e luta por direitos para classe trabalhadora. Nos anos seguintes, esta mesma constituição forneceu os subsídios para a luta popular democrática, que combatia os governos neoliberais que passaram pelo Brasil após 1985. Durante a conferência

de Viena em 1993, o Brasil começou a desenvolver o Programa Nacional de Direitos Humanos e políticas públicas.

Em comparação a outros países que passaram por Ditaduras Militares, como por exemplo a Argentina, país que colocou importantes agentes da Ditadura no banco dos réus para julgamento, o Brasil não apresentou nenhum projeto que pudesse criar condições para o indiciamento dos principais torturadores, sequestradores e executores de pessoas contrárias ao regime que lutam por democracia e pelos interesses da classe trabalhadora.

Embora a ideia de ‘reconciliação’ esteja presente nas discussões teóricas sobre a justiça de transição como um pressuposto para a construção da democracia, caberia indagar-se, em relação ao caso brasileiro, se seria possível forjar essa conciliação baseada em um consenso sobre a condenação ética e moral da ditadura civil-militar. Em comparação a outros casos nos quais foram realizadas efetivas medidas contra a impunidade, a elaboração de políticas no Brasil como esse objetivo, sempre limitadas pela vigência da Lei da Anistia, caracteriza-se por uma ideia de ‘tratamento do passado’ como forma de combate a impunidade com mecanismos educativos e jurídicos, as políticas públicas de memória no Brasil fundamentam-se na ideia da história como um *phármakon*, como um remédio para tratar a impunidade – remédio esse que possui a faceta de demonstrar as diversas continuidades dessas práticas de violações de direitos humanos. (BAUER, 2017, pág. 184).

A criação de Comissões da Verdade busca promover o acesso de toda a sociedade sobre as violações da Ditadura Militar e suas graves consequências para os direitos humanos. Composta por quadros de relevância para o tema, como por exemplo, advogados, sociólogos, militantes e etc. Em 16 de Maio de 2012, criando em âmbito federal no Brasil no governo da Presidente Dilma Rousseff, a Lei nº 12.528/2011, gerou a Comissão Nacional da Verdade que proporcionou as ferramentas para a luta pela efetividade do direito à memória e a verdade.

“Organismos como esse, criados com o objetivo de esclarecer violações de direitos humanos, configuram determinados usos políticos e públicos do passado e sua interrelação com a história e a memória; também encerram particularidades na articulação entre presente, passado e futuro, tornando necessária a discussão da temporalidade na história; além disso, ensejam a discussão sobre as funções sociais dos historiadores e o giro ético-político da historiografia.” (BAUER, 2017, pág 31).

No estado de Pernambuco, a Criação da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara teve iniciativa para sua efetivação através do governador Eduardo Campos, pela Lei nº 14.688 de 1 de junho de 2012, e aprovada pelo decreto nº 38.386, de 29 de junho do mesmo ano. Sua principal iniciativa era efetivar o direito a memória e a verdade para promover a consolidação do Estado Democrático de Direito, como por exemplo, a investigação e esclarecimento sobre as violências e graves violações aos direitos humanos provocados pelo próprio estado brasileiro. O Objetivo da comissão era de romper com o

silêncio de todos os crimes praticados contra cidadãos pernambucanos dentro ou fora de seu território promovendo ações judiciais e discussões públicas garantindo a viabilidade do Estado democrático. Através de seu amplo acervo, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara facilita a ampla realização de pesquisas científicas e diálogo com a população como forma de fortalecimento da memória e ampliação ao conhecimento. Ela também realizou investigações, audiências, publicações para ampliar a documentação e revelar os crimes ocorridos no período da Ditadura Militar em Pernambuco.

A análise do relatório, mais especificamente a narrativa sobre a ditadura civil-militar, permite evidenciar como determinadas representações que foram construídas a partir de experiências e memórias, mas também através do ensino de história e da historiografia, dos meios de comunicação e dos debates públicos, estão presentes na narrativa sobre o período.

[...] o desenvolvimento de políticas de memória em uma perspectiva de transição pressupõe uma demarcação entre o passado que se rechaça e o presente onde se elabora a reparação e, desta forma, a utilização performática da história associada a essa concepção temporal permite o estabelecimento entre um antes e um depois. (Ibidem).

Na historiografia as memórias darão viabilidade para a consolidação de dispositivos encarregados de romper com o esquecimento seletivo, rompendo com o não dito, trazendo à tona eventos traumáticos através das graves violações dos direitos humanos a partir do terrorismo de Estado e negacionismo ideológico.

Os estudos de trauma surgiram como uma das áreas mais significativas e, ao mesmo tempo, mais controversas do pensamento psicanalítico, com implicações relevantes para a história e a teoria crítica. Essa área tem desempenhado um importante papel na análise dos testemunhos de sobreviventes – notadamente, dos sobreviventes do Holocausto, mas também das vítimas de outros genocídios e eventos externos, como o estupro e a agressão[...]. (MELO, 2022, pág. 7).

Um passado traumático necessita de um amplo trabalho sob o domínio das ferramentas que destrincham as memórias traumáticas. Esta relação ajuda a compreender o funcionamento do sistema ditatorial brasileiro e seu sistema de inúmeras violações aos Direitos Humanos. O trabalho de recuperação destes eventos traumáticos necessita de financiamento do Estado brasileiro para investigar e revelar a verdade sobre as execuções sumárias, estupros, torturas e mortes, corroborando na importância da historiografia no combate ao negacionismo e revisionismo.

[...] Nesse sentido, pode-se conceber a história e a memória como atos de resistência aos apagamentos, esquecimentos, ocultamentos e silenciamentos que foram promovidos pelo governo ditatorial, seja através da censura, da desinformação ou da promulgação da Lei da Anistia, que consagrou um ‘passado nulo ou não ocorrido’. Porque, em última instância esse controle tratava-se de uma seleção sobre como seria escrita a história, e quais as condições sociais de emergência de determinadas memórias sobre a ditadura civil-militar. Semelhante política ocorreu durante o regime nazista, no qual se pretendia que certos acontecimentos não produzissem

testemunhas, ruínas, vestígios – em outras palavras, como se não houvesse acontecido. (BAUER, 2017, pág.192).

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, ao realizar a coleta de documentações sobre o período ditatorial, conseguiu registrar centenas de depoimentos, perícias técnicas, ações de retificação de registros de óbitos. Nesta variada e extensa documentação, a CEMVDHC conseguiu esclarecer os fatos e circunstâncias das graves violações aos direitos humanos encabeçados pela Ditadura Militar. Ao obter todas estas informações através da documentação reunida, a comissão conseguiu publicar em dois volumes, no formato de relatório, com sua publicação pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) no ano de 2017.

Ao adquirir uma função pública, o acervo da CEMVDHC possui uma relevância histórica para toda sociedade pernambucana através do reconhecimento de direitos e de reparação, trazendo à tona a discussão sobre a importância da reflexão acerca dos passados traumáticos, tendo como finalidade a consolidação do processo de rememoração coletiva, assumindo um papel fundamental nos processos de reparação. Cabe destacar que a documentação da CEMVDHC vai além dos relatórios produzidos, como por exemplo, as publicações dos Cadernos da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.

Através da coleta das informações com conexão com o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e no gerenciamento dos dados coletados pela Comissão. Como resultado, encontram-se as informações detalhadas sobre acontecimentos envolvendo a perseguição anticomunista encabeçada pela Ditadura Militar: realização de sequestros, torturas e mortes. No volume II do relatório produzido pela CEMVDHC, encontra-se informações de extrema relevância sobre o viés anticomunista e a formação de uma “Aliança Brasil Anticomunista”, como também, as práticas de espionagem, encarceramento e execuções.

Tabela- Fontes documentadas de investigação

| Identificação da Fonte Documental | Título do Documento | Órgão Produtor do Documento | Informações Relevantes |
|---|---|--|---|
| Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 1617 D Fundo 28661 | Prontuário - Aliança Brasil Anticomunista | Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE) | Recortes do Diário de Pernambuco, de 27/10/1962, sobre a Fundação da Aliança Brasil Anticomunista, manifesto, dirigentes e objetivos. |
| APEJE: DOPS – PE, nº 1865 D Fundo 26981 | Prontuário - Barreto Campelo (1933-74) (Colônia Férias) | DOPS - SSP-PE | Relação de aparelhos de organizações políticas radicais; Relação Nominal de presos com diversas informações; Relação de Presos que se encontraram na Colônia de Férias de Olinda; Relação de presos Casa de Detenção do Recife; Relação de presos com prisão decretada; Relação de presos que se encontram no Hospital Militar; Relação de presos que não podem receber visitas. |
| APEJE: DOPS – PE, nº 1775 D Fundo 1642 | Prontuário - Comando de Caça aos Comunistas (CCC) | DOPS - SSP-PE | Comunicado da Federação dos empregados bancários do Rio Grande do Sul sobre ameaça anônima recebida do CCC. |
| APEJE: DOPS – PE, nº 1829 D Fundo 29858 | Prontuário – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) | DOPS - SSP-PE | Informação do Cenimar com cópias de fotografias dos presos e foragidos. Relação de mandados de prisões decretados pela 7ª Região Militar. Antecedentes de Maria Chales Barreto Novaes. Atividades do PCBR. Pedido de buscas e informações. Reuniões subversivas na Granja do Alfreddinho, em São Bento do Una PE (Cita o Pe. José Orlando, cabeça do Sindicato dos Trabalhadores rurais - 1968). Declaração de José Francisco de Oliveira. Relação dos condenados do PCB. |

Fonte: (PERNAMBUCO, 2017)

A apresentação de informações acerca de toda as 51 mortes e desaparecimentos de Pernambucanos, o volume I e II do Relatório da CEMVDHC, traz informações acerca da trajetória do Padre Henrique e seu assassinato, como também, as formas de ação da extrema direita como um organismo criado para fortalecer a violência praticada pela Ditadura. Sobre o caso do assassinato do Padre Henrique e nas perseguições e ameaça contra Dom Helder Câmara.

Sobre a conclusão da investigação do crime contra o Padre Henrique, o volume I do relatório da Comissão:

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara conclui, por tanto, que o assassinato do Padre Antônio Henrique foi, eminentemente, crime político, perpetrado por agentes do estado de Pernambuco, em conluio com civis integrantes da chamada extrema direita, visando aterrorizar, amedrontar e coibir o incontestável foco de resistência ao regime militar então exercido por parte considerável da Igreja Católica no estado de Pernambuco, sob a liderança do arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara.

Como dito, aqui repetido, participaram do sequestro, tortura e morte do Padre Antônio Henrique os investigadores da Polícia Civil de Pernambuco, Rivel Rocha (falecido) e Humberto Serrano de Souza (falecido); o promotor público José

Bartolomeu Lemos Gibson (falecido) – que, á época, exercia em comissão o cargo de direitos de investigação da Secretaria de Segurança Pública; o seu parente, á época, menor de idade, Jerônimo Duarte Rodrigues Neto (vivo); e o estudante universitário Rogério Matos do Nascimento (vivo). (PERNAMBUCO, 2017, pág. 64).

No tocante ao Comando de Caça aos Comunistas, este mesmo relatório esclarece que as ameaças a Dom Hélder Câmara não cessaram após o assassinato do Padre Henrique. A CEMVDHC reuniu uma declaração do arcebispo, no ano de 1975, sobre a perseguição que continuava sofrendo

[...] devassa em regra sobre o CCC. E nem se alegue que se trata de entidade desaparecida. Sob fé do meu sacerdócio, levo ao conhecimento da Segurança do Estado de Pernambuco e das demais autoridades de Segurança Federal que, anunciado pela imprensa, pelo rádio e pela TV, que eu seria convidado a depor do processo do Pe.Henrique, nas 4ª e nas 5ª feiras da Semana Santa, recebi, pelo telefone, avisos de dever falar com extrema cautela, se eu não quisesse perder mais um de meus padres. Os telefonemas concluíam: ‘quem avisa é o velho CCC, agora redivivo no Gorilão.’ Tratar-se-ia de trote? Será que o CCC cobriu-se de novo nome, mantendo o mesmo espírito e os mesmos métodos? (IBIDEM).

De acordo com as pesquisas produzidas pela CEMVDHC, os agentes do Comando de Caça aos Comunistas em Pernambuco, era composto, principalmente, por estudantes de classe média ligada a 2ª secção da Polícia Militar e do IV Exército. Sua principal finalidade era aterrorizar o movimento estudantil e promover ameaças, torturas, tiros e execuções.

Em outubro de 1968, após a eleição da UEP, e até mesmo antes do AI-5 de 13 de dezembro de 1968, ocorreram atentados do Comando de Caça aos Comunistas/CCC, coma invasão de escolas e depredações dos Diretórios Acadêmicos da Escola de Engenharia, Faculdade de Filosofia (Fafipe), Universidade Católica de Pernambuco, e das escolas de Agronomia e de Veterinária no campus da Universidade Rural, no bairro de Dois Irmãos. Outras ações de pichamentos, atentados a bomba, atentado ao líder estudantil Cândido Pinto e o assassinato do Padre Henrique estavam de alguma forma vinculados a esses grupos, respaldados diretamente pelo DOPS, e pela 2ª secção da Polícia Militar e do IV Exército.

Muitos dos integrantes do CCC, em sua maioria estudantes, estavam vinculados á 2ª secção da Polícia Militar de Pernambuco e ás escolas de Medicina, Engenharia, Direito e Geologia da UFPE, da UNICAP e também da UFRPE. (IBIDEM).

Portanto, ao destrinchar todos os elementos que baseiam através de rigoroso método científico investigativo, a CEMVDHC possibilita a compreensão do horror praticado por um grupo que se comportava como um braço armado do estado brasileiro com o intuito de investir em ações de reparação e reconhecimento dos crimes cometidos e a forma ideológica de imposição de um ideário de extrema direita conservadora imprescindível para a compreensão do ideário de inspirações fascistas.

No período dos governos Petistas, 2002- 2014, a ascensão de um governo de “centro esquerda” sempre encontrou entraves dos interesses da burguesia e elite econômica do país. A

remeça de créditos para a classe trabalhadora, como por exemplo, o Bolsa Família; a entrada de jovens negros e da periferia nas Universidades públicas e privadas o país (através do ProUni e a Lei de Cotas Raciais). Neste cenário de uma mínima melhoria para o pleno exercício democrático da população brasileira (saúde, educação, incentivo a cultura e o lazer) as elites econômicas detentoras de grande parte do capital circulado no país, sempre estiveram articuladas com a direita neoliberal e a extrema direita conservadora para a criação de cooptação da classe trabalhadora aos ideais contrários à justiça social que caminha a passos lentos no país.

A primeira mulher eleita Presidente da República Brasileira, Dilma Rousseff, disputou o segundo turno das eleições de 2010 contra o candidato representante dos interesses da burguesia brasileira, José Serra (PSDB). A vitória de uma mulher, numa país marcado pelo machismo e forte presença do patriarcado em todas as famílias brasileiras, causou forte indignação dos setores das elites do Brasil, juntamente com a extrema direita e os neoliberais, pois não era aceitável uma mulher, torturada durante a Ditadura Militar, e participante de um partido e governo de “centro-esquerda, ocupar o maior cargo político do país.

No ano de 2013, um cenário de avanço e cooptação da direita, e seu protagonismo nas ruas, alertaram todo o cenário democrático brasileiro sobre a influência e ascensão destes grupos com seus discursos voltados para toda a população brasileira. Discurso este, marcado pela ideologia neoliberal, com asneio de construção de um Estado mínimo para as causas sociais e máximo para os interesses das elites do país. Em junho de 2013, eclodiu por todo país, manifestações contra o aumento de passagens que aconteciam em todo o território do país. Inicialmente, o Movimento Passe Livre (MPL) possuiu um caráter popular e de legitimação dos preceitos democráticos de garantia de um transporte público, gratuito e de qualidade. Porém, ao passar dos dias de intensas mobilizações, a direita conseguiu articulação para tomar o protagonismo desta luta que passou a mobilizar os setores conservadores da sociedade brasileira a ocupar as ruas com camisetas da seleção brasileira e discurso de ódio contra a esquerda de uma maneira geral, e principalmente, pela derrubada da eleição democrática da presidente Dilma Rousseff. Análises sobre este contexto histórico, ajuda na compreensão dos fatores que levaram tal cenário.

Não seria por outra razão que, a partir de 2013, veríamos a consolidação fulminante da extrema direita como força política principal do país. [...] A ideia de base nessa narrativa é que se tratava de desestabilizar um governo de esquerda popular, e, para tanto, emergiram ‘movimentos de massa’ marcados por pautas antipartidos, luta contra a corrupção, nacionalismo paranoico e luta contra o ‘comunismo’ – todas as

bandeiras que iriam pavimentar a ascensão da extrema direita brasileira. (SAFATLE, 2023, pág. 98).

Com o apoio da mídia e dos setores da direita Brasileira, em 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe-parlamentar-empresarial, com o intuito de aniquilar os movimentos sociais e a esquerda brasileira. Neste cenário, de 2016 até 2018 o Brasil passou por um processo de aprofundamento do conservadorismo de extrema direita, com claras intenções fascistas e anticomunista, tendo o deputado Jair Messias Bolsonaro como figura central para disputa das eleições de 2018. Sobre este personagem, pode-se observar sua exaltação aos ideários fascistas e de extrema direita, e principalmente, no louvor a Ditadura Militar e seus torturadores, a exemplo do Coronel Carlos Brilhante Ustra. Este último, responsável por barbaridade contra várias pessoas civis, incluindo a presidente Dilma Rousseff.

Defesa do regime militar e o apoio indireto a manifestações antidemocráticas – em 26 anos de atividade parlamentar, Bolsonaro se tornou conhecido não por seus projetos e sim por atitudes e discursos polêmicos. Se por um lado seu discurso anticorrupção e de melhoria salarial tinha sido uma marca de início de carreira, ao longo da década de 1990, ele ficaria caracterizado pela prédica em prol do regime militar, a exaltação de torturadores como o coronel Ustra e a defesa do fuzilamento de adversários políticos. Tais exaltações antidemocráticas também se fizeram presentes em seu mandato. Bolsonaro apoiou indiretamente os mais diversos grupos extremistas que se manifestaram em todo país pedindo o fechamento do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e a instauração de um novo AI-5. (SANTOS, 2021, pág. 170).

O caso do Padre Henrique nos ajuda a compreender a relação das forças militares aliadas a grupos de extrema direita, como no caso do Comando de Caça aos Comunistas, para disseminar a violência como forma de resposta contra todos aqueles que estavam se posicionando contrários ao golpe instado. A maior lição deste período é a importância da justiça, da memória e da verdade em todos os casos que continuam até hoje sem nenhuma solução e punição aos verdadeiros criminosos. A certeza da impunidade banalizou-se dentro da corporação das forças militares e continua até os dias atuais. Não existe no Brasil, nenhuma severa punição aos torturadores e mandantes de crimes que causaram danos imensuráveis a sociedade brasileira. O que nos resta, hoje é saudar a memória que habita vários campos da nossa vida em sociedade. Através dela, podemos resgatar nosso passado, estudá-lo para que se compreenda as circunstâncias sociais, políticas e econômicas de cada fenômeno histórico. Também se apresenta como forma de garantir a verdade como memória por reparações históricas. Desta maneira, o caso do assassinato do Padre Henrique apresenta-se como essencial para denúncia deste bárbaro crime cometido, e de tantos outros ocorridos no período da Ditadura Militar para toda a sociedade da cidade do Recife.

Figura 5 – Monumento Tortura Nunca Mais localizado na Praça Padre Henrique, Recife.

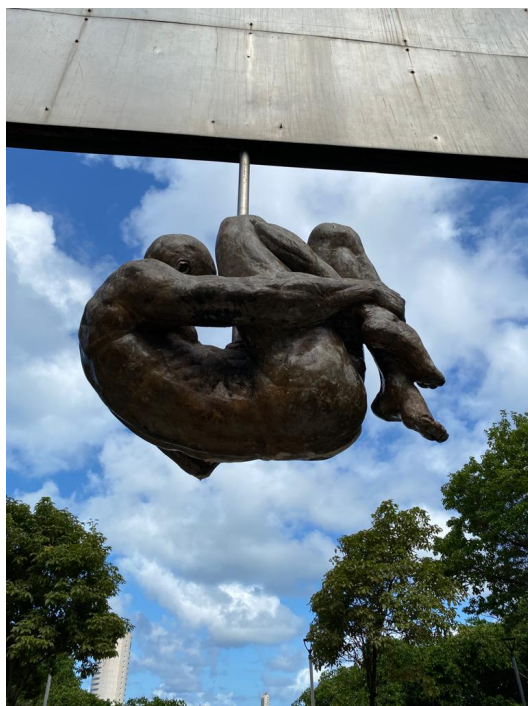


Imagem tirada por foto pela autora.

Como forma de resgatar esta memória, a cidade do Recife apresentou a construção da Praça Padre Henrique e do Monumento Tortura Nunca mais como forma de demonstrar apoio a representação do assassinato do Padre Henrique e de vários militantes mortos em Pernambuco. Localizada na rua da Aurora, nº 998, a Praça Padre Henrique e o Monumento Tortura Nunca Mais nos ajudam a refletir e criar estratégias para a visibilidade destes casos. A memória se transforma num ato de revisitar o passado através das expressões contidas no fazer artístico. A ambientação e captação pelas pessoas que movem a engrenagem da importância social e política do fazer histórico.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O público alvo para aplicabilidade deste produto consiste nos jovens que cursam Ensino Médio nas escolas públicas e particulares do Recife. O produto será circulado e aplicado de forma impressa e digital, onde os alunos terão acesso no final do Ebook um QR Code que poderá ser acessado por qualquer pessoa que tenha interesse em adquirir o produtor no formato digitalizado.

A escolha do formato deu-se a partir de reflexões sobre o resgate histórico das vítimas da Ditadura Militar, após a ascensão do Bolsonarismo em janeiro de 2019, com o ex-presidente Jair Bolsonaro sendo um defensor do regime e das práticas de tortura e morte deste terrível período da história brasileira. A juventude recifense precisa acessar a história da cidade durante o golpe militar. A era da internet e aceleração de todos os tipos de informações, acaba por disseminar ideários de extrema direita através de Fake News sobre tal período ditatorial. Por isso, o acesso a pesquisa realizada de acordo com as fontes bibliográficas e a Comissão Estadual da Memória e Justiça Dom Helder Câmara, é um importante instrumento de desmitificação de argumentos em favor ao golpe militar.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto a seguir tem como objetivo metodológico, apresentar de forma sucinta e de fácil entendimento de todos os setores da sociedade pernambucana e daqueles que resgatam a história das vítimas da Ditadura Militar. O centro principal do estudo concerne na apresentação das violações de Direitos Humanos promovida durante a Ditadura Militar, encabeçada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização terrorista de extrema direita que atuou como linha auxiliar da repressão e violação de direitos.

A importância da memória como resgate histórico a fim de elucidar todas as formas de repressão comandadas pelo Estado Brasileiro realizada através do golpe militar de 1964.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

A aplicação do produto será a disponibilização do material produzido via PDF, para assim, ter acesso universal do material. As escolas públicas e privadas do Recife poderão utilizar do material para apresentar em suas aulas, como forma didática de aprendizado sobre o anticomunismo no Recife e os crimes cometidos pelo Comando de Caça aos Comunistas em conjunto com a Ditadura Militar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo brasileiro inserido na periferia da América Latina, necessita de formas de legitimação para a manutenção das desigualdades sociais e do aparato político-ideológico para a imposição dos elementos que favorecem a manutenção do sistema.

A conjuntura mundial que antecede ao golpe militar de 1964, favoreceu as disputas pela hegemonia da sociedade brasileira. A “ameaça” comunista forneceu as bases para a

construção de um tipo de pensamento de inspirações fascistas, alegando a necessidade de construção de um Estado máximo para todos os anseios do Exército Militar Brasileiro.

Ao defender os interesses do capitalismo, a Ditadura Militar desenvolveu ao máximo o poder da ideologia conservadora através de financiamentos de entidades, grupos, associações, etc., como o intuito de levar ao máximo de cidadãos, o ideário de manutenção de um ideário cristão conservador, de extrema direita e abertamente a favor da construção de um Estado terrorista ditatorial, mantendo assim, a classe dominante como responsável pela formação da ideologia em toda sociedade brasileira.

A teoria criada por Karl Marx, em colaboração com Friedrich Engels, explorou a relação entre ideologia e poder em suas obras. Uma das ideias centrais do pensamento marxista é que a ideologia de uma sociedade tende a ser moldada pela classe dominante, que controla os meios de produção e, portanto, exerce influência sobre a estrutura e os valores da sociedade. Isso é frequentemente referido como a "ideologia dominante". Marx argumentava que a classe dominante, que controla os recursos econômicos e possui propriedades, também controla os meios de comunicação, instituições educacionais e outros aparatos culturais. Isso lhes dá o poder de disseminar suas próprias visões de mundo e valores, que tendem a justificar e perpetuar a estrutura de classes existente. Portanto, a ideologia dominante serve aos interesses da classe dominante, enquanto mascara as desigualdades inerentes ao sistema.

Desde o seu início, o golpe de estado tutelado pelos militares garantiu a construção de uma repressão que visava de forma sistemática silenciar suas vítimas, corroborando com a construção de dispositivos de ideários anticomunistas e baseados no patriarcado, machismo, perseguição a população lgbtqia+ e praticando o racismo explícito contra pessoas negras.

O Comando de Caça aos Comunistas conseguiu espalhar seus membros por todo Brasil no fortalecimento das práticas anticomunistas e de violência extrema. Ao longo de sua atuação pelo Brasil, sua nomenclatura muda de acordo com o contexto político, porém a ideologia anticomunista continua com os mesmos princípios. No contexto da Lei da Anistia (Lei nº6.683 de 1979), os crimes encabeçados pelos agentes da Ditadura Militar foram colocados do mesmo lado do “perdão” das pessoas que foram presas e exiladas durante este período. Além deste elemento principal, encontram-se algumas nuances de formas de silenciamento com o intuito de beneficiar suas práticas de violações dos direitos humanos através de práticas de medo, construção de obstáculos á fala, particularizando as memórias, resultando assim, num ambiente com a clara finalidade de promover o esquecimento (dores silenciadas).

Os crimes praticados por membros do Comando de Caça aos Comunistas e da alta cúpula do Exército Brasileiro (financiadora e apoiadora deste grupo) não puderam ser devidamente punidas de acordo com a extensa documentação acerca de seus crimes. Um deles, no Jornal O Pasquim, com atentados a bomba e na prisão dos redatores do jornal atendo aos interesses do punitivíssimo da Ditadura Militar

Nos anos 70, O Pasquim teve todos os seus redatores presos e processados, somente podendo circular durante cerca de dois meses, devido á colaboração solidária de outros jornalistas. O jornal sofreu ainda dois atentados à bomba nos dias 12.03.1970 e 10.05.1970, assumidos pelo CCC. (PERNAMBUCO, 2017, pág. 231).

A importância da formação de espaços de fala sobre as violações aos direitos humanos e a democracia pretende desmitificar o processo de apagamento da história através de negacionismos. A criação da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) ocupa espaço importante nas práticas de fortalecimento da democracia e participação popular, estabelecendo pontes de acesso da sociedade a memória e esclarecendo a ausência de práticas reparativas de justiça contra as mortes e desaparecimentos. O entendimento do argumento narrado pelos apoiadores da Ditadura Militar, é de passar uma ideia de pacificação social e sem revanchismos, deixando assim, uma sociedade apática em relação a sua história, abrindo espaço para violências praticadas com o intuito de exaltar a impunidade.

A atuação do Comando de Caça aos Comunistas no estado de Pernambuco, resultou em violências irreparáveis e sem justiça, acobertado pelo golpe militar de 1964, deixando uma dor em diversas famílias, numa violência física e psicológica. A perseguição a tiros com o intuito de assassinar um importante militante do movimento estudantil contra a Ditadura, Cândido Pinto de Melo, não obteve sucesso no sentido do assassinato, porém, deixou danos físicos e psicológicos irreparáveis nesta vítima. O Padre Antônio Henrique foi barbaramente torturado e executado por agentes do CCC, gerando uma comoção da comunidade progressista e contra a Ditadura, tendo na figura de Dom Helder Câmara, um importante instrumento de verbalização de denúncias, ameaças, atentados e mortes.

Na historiografia do tempo presente, a memória é elemento fundamental para compreendermos a repetição de discursos de exaltação a ditadura militar, aos militares que praticavam as torturas, sequestros e execuções e a crescente justificativa do apagamento de tal conjuntura. Numa clara postura negacionista. A partir deste raciocínio, evidencia-se a importância para o exercício da democracia popular e participativa a criação de leis e

mecanismos que produzam, através do método científico, a vinculação de espaços de debate público na construção de políticas que visem o acesso a memória, verdade e justiça.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

* Arquivo Padre Henrique - <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/antonio-henrique-pereira-da-silva-neto>

*Prontuário Comando de Caça aos Comunistas - <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/prontuario-comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>

*Relatório de Tortura, Comissão Nacional da Verdade- PE - https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/8/c/0/8c0fee8c9029ac7ea16f6928fafa1b5cad1369120773647dd2685a9b943f9e7f/bdc16a91-c224-434c-a96a-8540f286fc16-Joao_Roberto_Costa_do_Nascimento.pdf

*https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/d/6/8/d680afce2d4c050911733f1cf7c7f2a080ec47a7d6d2128d149c5909e2bef3c1/c42a23fb-240c-4ce9-bfb7-6fd81dd90e86-12__20-09-2012__P__Jose_Ferreira_dos_Anjos.pdf

8. BIBLIOGRAFIA

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2017

BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)**. São Carlos: EdUFSPar, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira (1971-1980): A visão da Espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FOUCALUT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GASPARI, Hélio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1994.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio do terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas**. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MELO, Paulo Henrique de; SIMÕES, Giulia Constante. **Memórias traumáticas e testemunhos: os novos desafios da história**. In: XVIII Encontro regional de história da Anpuh-MG, 2022. Diamantina – Minas Gerais.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar**. São Paulo: Contexto, 2016.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. **Fascismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.

ROJAS, Raul Soriano. **Manual de Pesquisa Social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAFATLE, Vladimir. **O dia no qual o Brasil parou por 10 anos**. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. Junho de 2013: A rebelião fantasma. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2023.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Controle Civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, Forças Armadas e política**. In: MARTINS, João Roberto (org). Os militares e a crise brasileira. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2021.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **relatório final: volume I** / Secretaria da Casa Civil. – Recife: CEPE, 2017.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil Comissão Estadual da Memória e Verdade dom Helder Câmara: **relatório final: volume II** / Secretaria da Casa Civil. – Recife: CEPE, 2017.